

destaques do mês

Expansão e melhoria de acessos aos portos são pontos críticos

Segundo levantamento do Governo Federal, 65% dos investimentos a serem feitos até 2030 para solução dos problemas dos portos serão destinados aos acessos. Apenas 35% serão aplicados, efetivamente, para sanar os déficits em áreas portuárias. Só para a dragagem, a previsão de despesas está em cerca de R\$ 1,3 bilhão, dos quais R\$ 200 milhões apenas para o porto de Santos. O Governo tem executado algumas ações para aumentar a eficiência portuária, informa Luis Cláudio Santana Montenegro, Diretor de Sistemas e Informações Portuárias, da Secretaria Especial de Portos. Segundo o Diretor, do total de investimentos programados para os próximos dois anos, em torno de R\$ 3 bilhões anuais, boa parte será para melhoria de acesso rodoviário e ferroviário aos portos. Entre as obras consideradas prioritárias pelo Governo estão as ferrovias Norte-Sul e Transnordestina, especialmente os trechos Salgueiro (PE) e os portos de Suape, na Região Metropolitana do Recife, e o de Pecém, no Ceará, a duplicação de 110 km de ferrovia ligando o porto de Paranaguá a Curitiba, e a Perimetral de Santos. (30.05.2012 – Valor Econômico)

Aeroportos e energia ganham peso no desembolso do BNDES

Impulsionados por projetos do PAC e pela iniciativa privada, os desembolsos do BNDES para energia e logística devem crescer 30% em 2013, acima do aumento projetado para 2012, de 25%. A trajetória de empréstimos do Banco para essas duas áreas deve seguir ascendente nos próximos anos, afirmou o Superintendente de Infraestrutura da instituição, Nelson Fontes Siffert Filho. Nas áreas de energia e logística, normalmente o aporte do BNDES responde por 60% do projeto. Isso significa que os empréstimos do Banco para 2012 em energia e logística movimentarão projetos em torno de R\$ 38 bilhões. Além disso, o Banco aposta em aumento do interesse da iniciativa privada em investir em debêntures atreladas a projetos de infraestrutura. Isso se daria por meio dos chamados *Project Bonds*, instrumentos financeiros nos quais o BNDES financia os projetos e adquire esses títulos junto com outros agentes do mercado, compartilhando garantias e riscos. Depois da mudança de regra que permite isenção de Imposto de Renda ao investidor estrangeiro e de pessoa física nessa modalidade, houve nítido aumento no interesse por parte do setor privado em debêntures de infraestrutura. (15.05.2012 – Valor Econômico)

painel

■ Aneel vai leiloar 7 linhas de transmissão e 3 subestações

A Aneel aprovou, no dia 2 de maio, o edital do 5º leilão de transmissão deste ano, programado para o dia 6 de junho na sede da BMF&Bovespa, em São Paulo. Serão leiloados seis lotes, com sete linhas de transmissão, com total de 678 km, e três subestações com 975 Megavolt-ampères (MVA) de potência. Mais informações:

www.aneel.gov.br

■ MME adia leilões A-3 e A-5 para outubro

O Ministério de Minas e Energia adiou a realização dos leilões A-3 e A-5 previstos para 28 de junho e 16 de agosto, respectivamente, para outubro. O cadastramento de projetos para os certames também foi reaberto. Mais informações:

www.epe.gov.br

Estados afetados por fim da “guerra dos portos” poderão ter financiamento de até R\$ 7,5 bilhões pelo BNDES

Os Estados afetados pelo fim da “guerra dos portos” terão direito a financiar em até R\$ 7,5 bilhões, pelo BNDES, obras de infraestrutura e investimento produtivo. O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a criação da linha de crédito, que vigorará até 2016. De acordo com o Assessor Econômico do Tesouro Nacional, Mathias Lenz, a medida tem como objetivo ajudar os Estados que perderem receita com a unificação em 4%, da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) interestadual cobrado sobre mercadorias importadas. A linha de crédito faz parte do acordo para compensar os Estados atingidos: Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás. As condições do financiamento, como juros, carência e prazo de pagamento, serão regulamentadas posteriormente pelo Conselho Monetário Nacional. Para terem direito ao crédito, no entanto, os Estados terão de apresentar estudos ao BNDES sobre como pretendem aplicar os recursos. (25.05.2012 – Agência Brasil)

Copa do Mundo de 2014: 5% das obras estão concluídas

Conforme dados do balanço do Governo Federal, 41% das obras relacionadas com a Copa do Mundo de 2014 não iniciaram e apenas cerca de 5% estão concluídas. De acordo com o levantamento, somente 5 das 101 obras foram concluídas até agora. O Governo afirma que o ritmo de execução permitirá entregar 83% dos empreendimentos em 2013 e o restante em 2014 antes de junho, quando começa o evento da FIFA. O balanço mostra que a fase de definição de projetos de infraestrutura deveria ter sido concluída em 2010, mas existem 15 obras que ainda estão em elaboração. Existem 55 obras em andamento, entre elas as dos 12 estádios que receberão os jogos. Em relação aos estádios, apenas 4 superaram a metade das obras. A mobilidade urbana, apontada como principal legado da Copa, tem pouco mais da metade de suas obras iniciadas, 55%. De todas as obras relacionadas ao evento FIFA, as 5 obras concluídas são apenas de infraestrutura aeroportuária. (24.05.2012 – O Estado de São Paulo)

Reajuste das tarifas de energia ficará menor em 2012

O reajuste das tarifas de energia em 2012 ficará, em média, 3% abaixo do previsto devido à redução de custos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou um valor de R\$ 3,22 bilhões para a Conta de Consumo de Combustível (CCC) em 2012. No ano passado, esse valor chegara a R\$ 5,9 bilhões. A CCC é um encargo pago por todos os consumidores de energia do País e serve para subsidiar o combustível das usinas termelétricas da Região Norte, principalmente nos sistemas isolados onde o sistema interligado nacional ainda não os atende plenamente. A redução entrou em vigor no mês de maio. (17.05.2012 – O Globo)

Falta de bons projetos afeta avanços no saneamento

O Plano Nacional de Saneamento Básico, que deve ser lançado no segundo semestre de 2012, tem a meta de duplicar o acesso e ampliar a rede para chegar a 90% dos domicílios até 2030. Para cumprir essa meta do plano, assim como outras (universalização do acesso à água e da coleta de lixo urbano), é necessário o investimento de R\$ 420 bilhões nos próximos 18 anos, o que corresponde a pouco mais de R\$ 20 bilhões por ano, entre recursos públicos e privados. Além da questão dos recursos, Governo e especialistas da área concordam que a falta de bons projetos é outro grave entrave para o setor. Para o Presidente do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos, o Brasil teve avanços com a criação do Ministério das Cidades e com o PAC, mas os progressos ainda são tímidos em relação às necessidades do País. Segundo Édison Carlos, atualmente são investidos entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões por ano em saneamento no Brasil, quantia inferior à necessária para atingir as metas do Governo até 2030. Mesmo com o aumento dos recursos para saneamento básico nos últimos anos, principalmente por causa do PAC, a maioria dos projetos não é desenvolvida. Um levantamento divulgado no início de abril de 2012 pelo Trata Brasil, sobre as 114 principais obras de saneamento da primeira fase do programa, mostra que apenas 7% delas estão concluídas. Entre as demais, 32% estavam paralisadas e 23% atrasadas. (02.05.2012 – Valor econômico)

Portos terão investimentos de R\$ 31 bilhões

O Governo anunciará em breve o plano de concessões e licitações de terminais portuários, que receberão R\$ 31 bilhões em investimentos privados, segundo previsão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O objetivo é aumentar a eficiência e a rentabilidade das operações portuárias, resolvendo um dos principais gargalos que obstam o crescimento sustentado. O Plano Nacional de Política Portuária (PNLP) está pronto, dependendo apenas de aprovação do Palácio do Planalto para ser anunciado. O foco dessa mudança estrutural é o comércio exterior, uma vez que mais de 95% das exportações utilizam navios como meio de transporte. No programa, está prevista também a aplicação de R\$ 6 bilhões em investimentos federais até 2014. A esse valor, serão somadas as quantias de outorga para renovar concessões de 98 terminais em operação desde antes de 1993, cujos contratos já começaram a vencer neste ano. A expectativa é de que os leilões ocorram ainda este ano. Assim como ocorreu com aeroportos, o PNLN prevê, a curto prazo, pelo menos três concessões de portos à iniciativa privada, com regras já definidas, além de outras no longo prazo. A escolha das primeiras concessões depende de decisão do Planalto. A Antaq já tem o edital do leilão preparado. Além das concessões, os portos administrados pelo Governo Federal devem passar por um “choque de gestão” para se tornarem auto-sustentáveis financeiramente. O PNLN vai impor metas rígidas de retorno para os 18 portos de médio e grande portes administrados pelas sete Companhias de Docas regionais. (30.04.2012 – O Globo)

Energia solar já é viável no País, confirma estudo

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) enviou ao Ministério de Minas e Energia (MME) um estudo sobre o aproveitamento da energia solar no País, apontando áreas em que a geração descentralizada (obtida por painéis fotovoltaicos instalados nas residências) já é viável e indicando possíveis medidas de incentivo ao setor, como instrumentos de financiamento e isenção de impostos. O Presidente da EPE, Mauricio Tolmasquim, explicou que uma vez que nessas áreas o custo da energia em geral é mais elevado, a geração solar descentralizada acaba compensando. Sobre a geração centralizada, em parques de energia solar, Tolmasquim afirma que projetos desse tipo precisariam de leilão específico. Uma disputa pela energia solar poderia dar "massa crítica" ao setor, o que impulsionaria seu desenvolvimento. Nesse caso, apenas uma quantidade pequena dessa fonte deveria ser contratada para evitar que os preços ainda elevados tenham impacto sobre as tarifas. (09.05.2012 - O Estado de São Paulo)

Ministério das Comunicações não vê consequências em reclamações sobre telefonia 4G

As reclamações de europeus e americanos sobre o edital de leilão de telefonia móvel de quarta geração (4G), que exige o uso de equipamentos nacionais, não deverão trazer nenhuma consequência mais grave para o Brasil, acredita o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Essa será a tônica da carta que o Governo elabora para enviar à União Europeia e aos Estados Unidos, em resposta a questionamentos sobre o edital. O Brasil exige que as empresas que forem investir em telefonia 4G utilizem 50% de equipamentos nacionais e tenham 10% da tecnologia desenvolvida aqui. O Ministro observou que a medida vai beneficiar empresas de capital europeu que já investiram no Brasil, porque o que elas fabricam aqui será considerado conteúdo local. Paulo Bernardo afirma também que a exigência de conteúdo nacional é, além disso, transitória. Ela deixará de existir em 2022. Além disso, o uso de equipamentos brasileiros não trará prejuízos de ordem tecnológica. Isso porque a implantação da telefonia 4G no Brasil será simultânea à da Europa. (03.05.2012 – O Estado de São Paulo)

ANTT avalia nova licitação para trechos de rodovias

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) iniciou uma série de estudos para avaliar a possibilidade de licitar ao menos dois dos seis trechos de rodovias concedidas na década de 90 e que agora estão próximos do fim de seus contratos. Os dois trechos analisados pela Agência são a ponte Rio-Niterói, e os 121 km da BR-290 (RS). Ambos os trechos têm cerca de cinco anos de concessão restantes. Paralelamente, o Governo analisa a possibilidade de prorrogar o prazo das concessões feitas durante os anos 1990. O alongamento dos contratos seria um meio de fazer com que as concessionárias assumissem obras que não estavam previstas no início das concessões, mas se tornaram indispensáveis por causa do aumento do tráfego. Com a dilatação dos prazos, o Governo poderia diluir o pagamento dessa despesa nova e, assim, evitar que o custo extra fosse repassado para a tarifa cobrada nos pedágios. (16.05.2012 – Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de abril de 2012 até 31 de dezembro de 2016

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.586	3.432	1.497	2.354	4.042	13.911
Otimista	2.586	3.462	1.497	2.354	4.042	13.941

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	3.312	825	0	1.350	0	5.487
Otimista	3.334	5.145	1.199	2.050	0	11.728

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.290	1.310	61	18	0	3.679
Otimista	3.420	3.360	1.652	682	16	9.131

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	8.188	5.568	1.558	3.722	4.042	23.077
Otimista	9.341	11.967	4.348	5.086	4.058	34.799

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

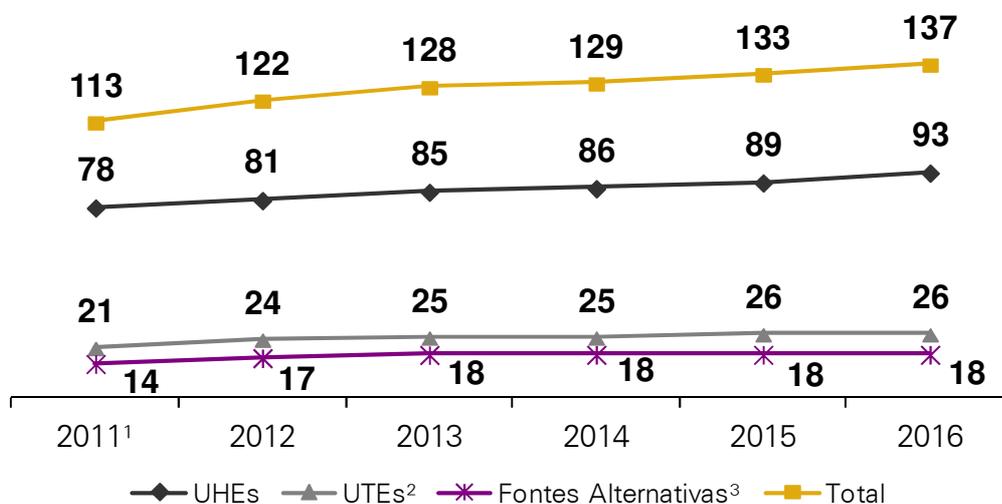
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 2,9% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de abril de 2012 e 31 de dezembro de 2016.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 34,8 mil MW no período 2012-2016. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,7% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

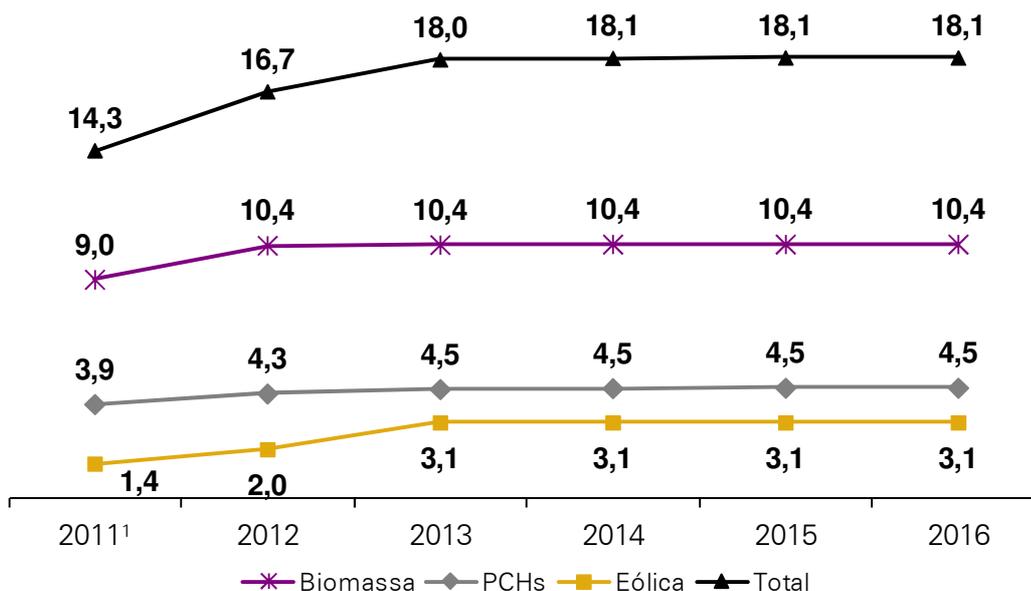
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

Entre março de 2012 e 2016, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 18% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 27% no mesmo período.

Em dezembro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2016 deverão representar 68%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 18% para 19%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% em 2016.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2016, deve ser de 2%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2012, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5% e 3%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2016, uma apresenta restrição para a contratação de 30 MW: Salto Curucaca (PR). No cenário conservador, 14 mil MW devem entrar em operação até 2016.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 11,8 mil MW até 2016, apenas 5,5 mil MW (47%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

De acordo com o Relatório da Aneel, a UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir de 2012 (totalizando 600 MW).

O Consórcio de Santo Antônio pôs em operação comercial duas unidades geradoras, antecipando a geração em nove meses com relação à data do Contrato de Concessão. Prevê-se que, até o final de 2012, cerca de 900 MW entrem em operação pela UHE de Santo Antônio.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 606 MW de potência adicional até 2015. Já no cenário otimista, até 2015, devem entrar em operação 1,4 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação de 32 MW previstos.

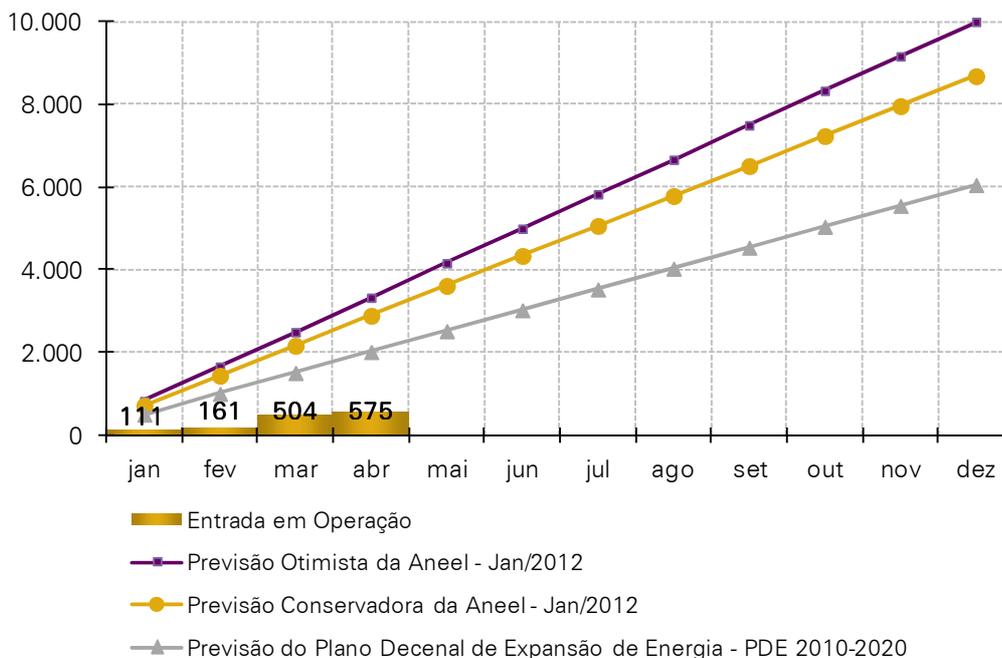
As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,4 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2,0 mil MW até 2015. As seis usinas à biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 1,6 MW até 2013, sendo 99 MW (6%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 5,7 mil MW até 2015.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

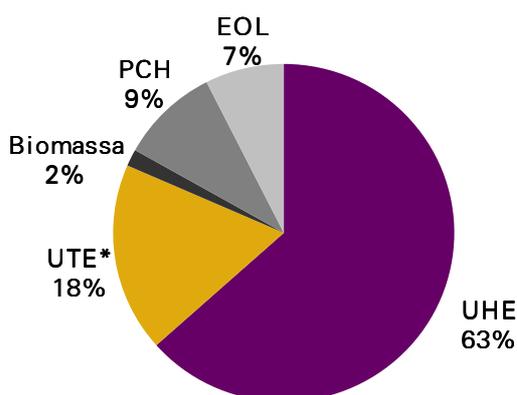
Expansão da Capacidade de Geração em 2012 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2012, até 15 de abril, entraram em operação 575 MW. Desse total, as UTEs representaram 18% da potência total instalada. As UHEs representaram 63% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 315 MW. As PCHs e EOLs representaram cada uma, respectivamente, 9% e 7% da capacidade instalada no período. As UTEs a biomassa representam 2% da potência instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de abril de 2012



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em março de 2012, 38.575 GWh, apresentando crescimento de 6% em relação a março de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 4%.

Em março de 2012, o consumo industrial de energia elétrica foi de 15.510 GWh, valor 2% superior ao observado no mesmo mês de 2011.

Em março, a Região Nordeste se destacou pela fraca dinâmica no consumo industrial de energia, destoando das demais Regiões. A expansão de apenas 0,1% no consumo ocorreu devido à retração registrada no Maranhão e na Bahia, onde o consumo no mês caiu respectivamente 9% e 3%. No Maranhão, houve redução na produção de alumínio em razão de problemas técnicos na linha de produção. Já na Bahia, indústrias do segmento de metalurgia básica (ferroligas e cobre) e do químico operaram, em março deste ano, em nível inferior ao do mesmo período do ano anterior.

As demais Regiões apresentaram crescimento no consumo industrial em comparação com março de 2011. As Regiões Sul, Sudeste e Norte expandiram o consumo em, respectivamente, 2%, 1% e 8%. O Centro-Oeste continua como a Região a apresentar a maior expansão mensal no consumo industrial de energia (16%).

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Março 2011	Março 2012	Var. %	Jan-Mar 2011	Jan-Mar 2012	Var. %
Residencial	9.508	10.273	8	28.761	29.758	3
Industrial	15.188	15.510	2	44.152	45.143	2
Comercial	6.373	7.049	11	18.961	20.149	6
Outras	5.283	5.743	9	15.655	16.722	7
Total	36.352	38.575	6	107.529	111.772	4

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de março de 2012 foi de 67 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume semelhante ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 5% em comparação a 2011.

O grau API médio do petróleo produzido em março de 2012 foi de aproximadamente 23,7°, sendo que 8% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 55% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 37% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

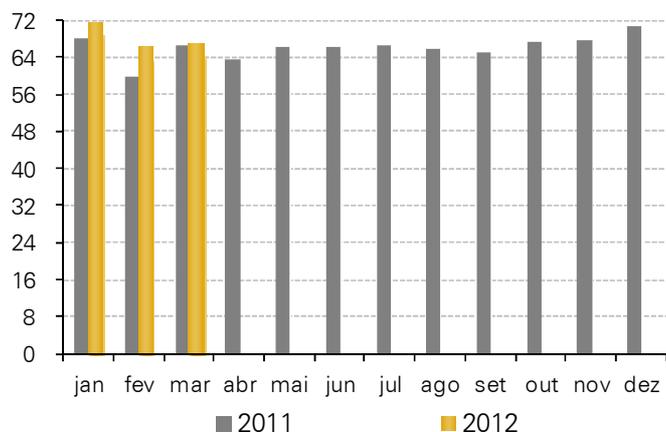
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em março de 2012, foi de 60 milhões bep. Esse volume foi semelhante ao observado em março de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 2%.

De acordo com a ANP, em março de 2012, cerca de 92% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em março de 2012, foi de 21 milhões bep, valor 53% superior ao exportado em março de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 10% superior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

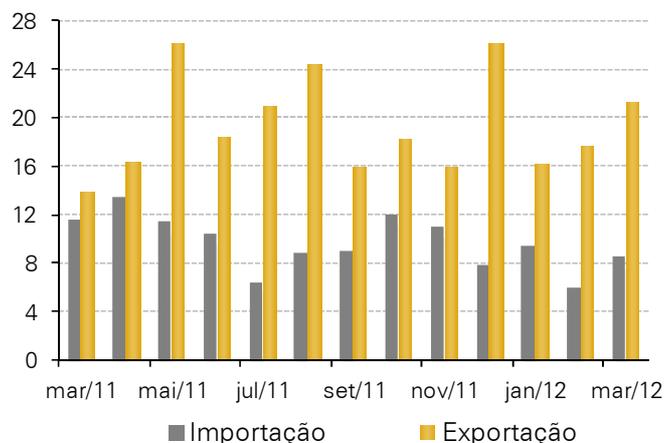
O preço médio do petróleo importado pelo País, em março de 2012, foi de US\$ 131,27/barril, valor 15% superior ao observado em março de 2011.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



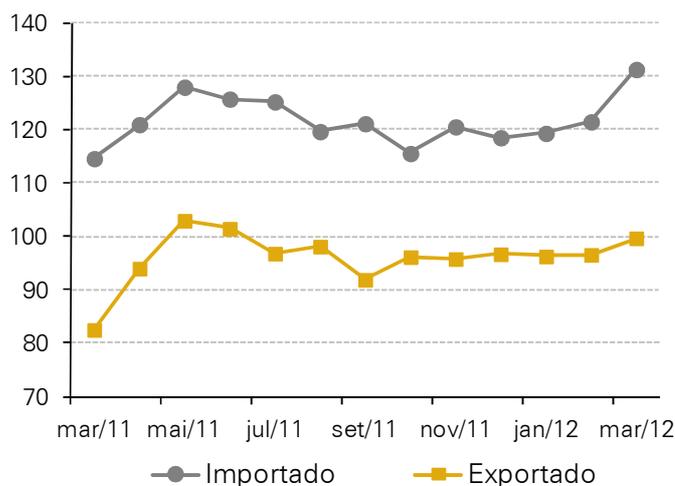
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

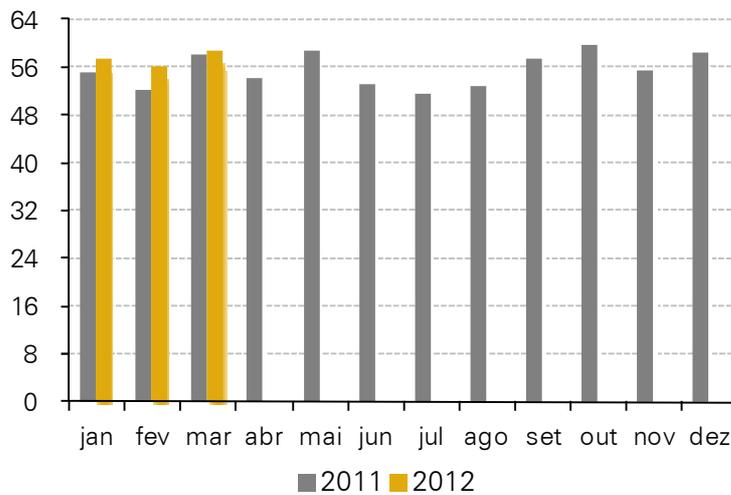


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

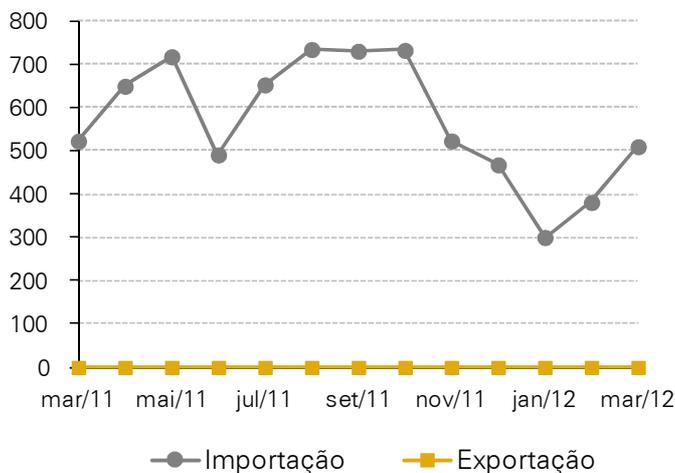
Em março de 2012, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 59 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 1% superior ao produzido em março de 2011. Até março de 2012, a produção apresentou aumento de 2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões de bep)



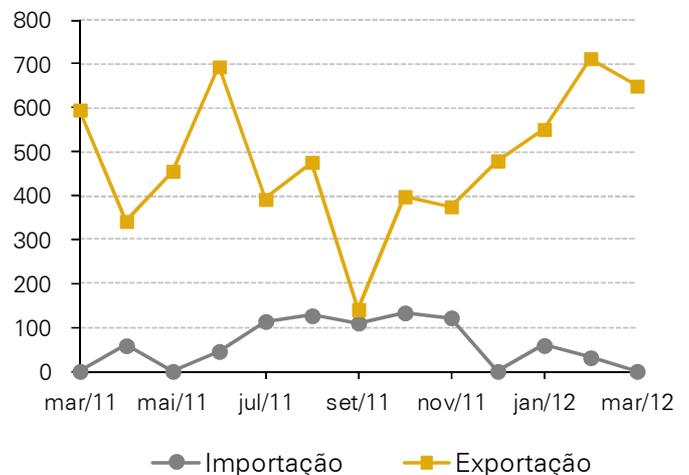
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

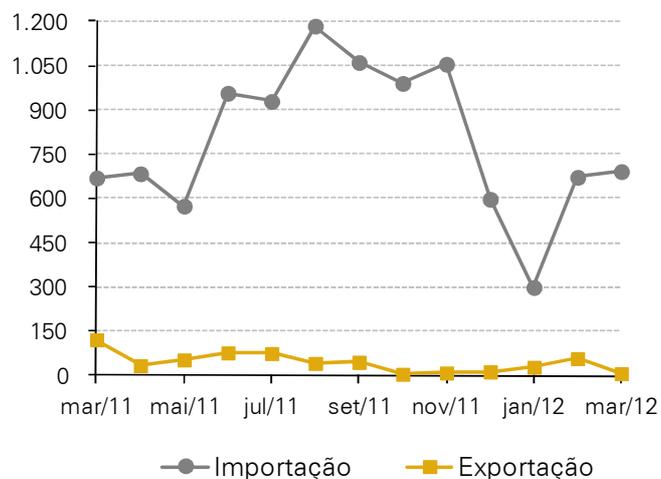


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em março de 2012, foi de 14 milhões bep, valor 11% superior ao registrado em março do ano anterior. Até março, o volume de derivados importado foi 25% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

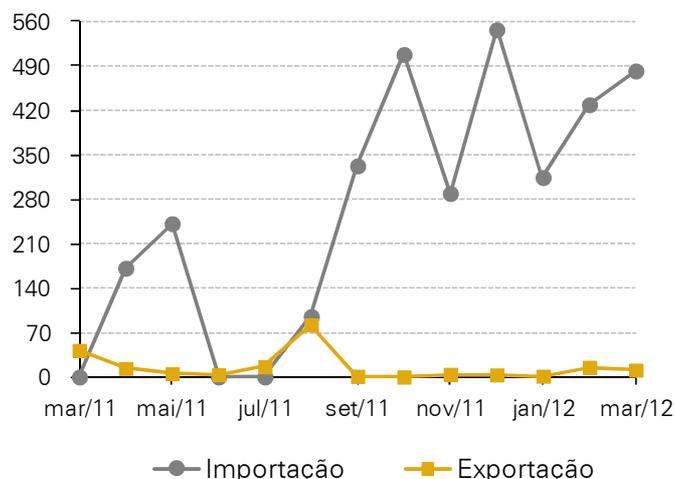
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em março de 2012, foi constatado um total de 9 milhões bep, o que representa um volume 2% inferior ao mesmo mês de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 5% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em março de 2012, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 8% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi positiva, no valor de 3%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	mar/2011	jan-mar/2011	mar/2012	jan-mar/2012
Produção de Petróleo (a)	67	195	67	205
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-2	-20	0	-7
Imp. Líq. de Derivados (c)	4	6	6	12
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	69	180	73	210
Dependência Externa (e)=(d-a)	2	-14	6	6
Dependência Externa (%) (e)/(d)	3	-8	8	3

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em março de 2012, apresentou saldo positivo de US\$ FOB 220 milhões. Ou seja, o Brasil exportou US\$ FOB 220 milhões a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ FOB 584 milhões.

No acumulado do ano, a balança apresentou saldo positivo de US\$ FOB 902 bilhões.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	mar/11	jan-mar/2011	mar/12	jan-mar/2012
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.144	4.010	2.116	5.365
Dispêndio com importação (b)	1.336	3.113	1.119	2.961
Balança Comercial (c)=(a-b)	-192	897	997	2.404
Derivados				
Receita com exportação (d)	839	2.243	1.001	2.868
Dispêndio com importação (e)	1.230	2.867	1.778	4.371
Balança Comercial (f)=(d-e)	-391	-624	-777	-1.503
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.983	6.253	3.117	8.233
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.566	5.980	2.897	7.331
Balança Total (i)=(g)-(h)	-584	273	220	902

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

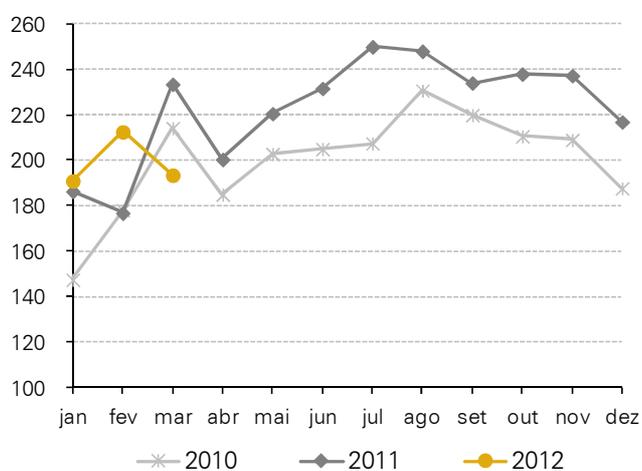
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em março de 2012, foi de 193 mil m³, montante 17% inferior ao produzido em março de 2011. No acumulado do ano, a produção foi similar.

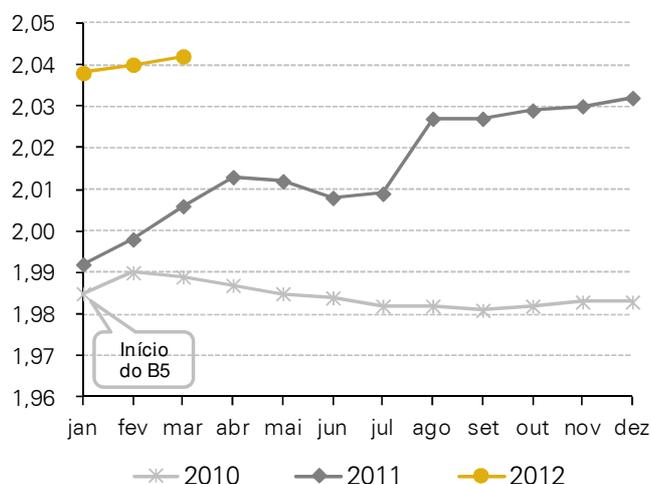
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em março de 2012, foi de R\$ 2,04/ℓ, valor 2,1% superior observado em março de 2011.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2011/2012 produziu, até o dia 1º de março de 2012, 22.689 mil m³ de álcool, sendo 14.068 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (62%). Em relação ao mesmo período da safra 2010/2011, houve uma diminuição de 28%.

A produção total de álcool foi 17% inferior em relação à safra anterior, puxada pela diminuição da produção do álcool hidratado.

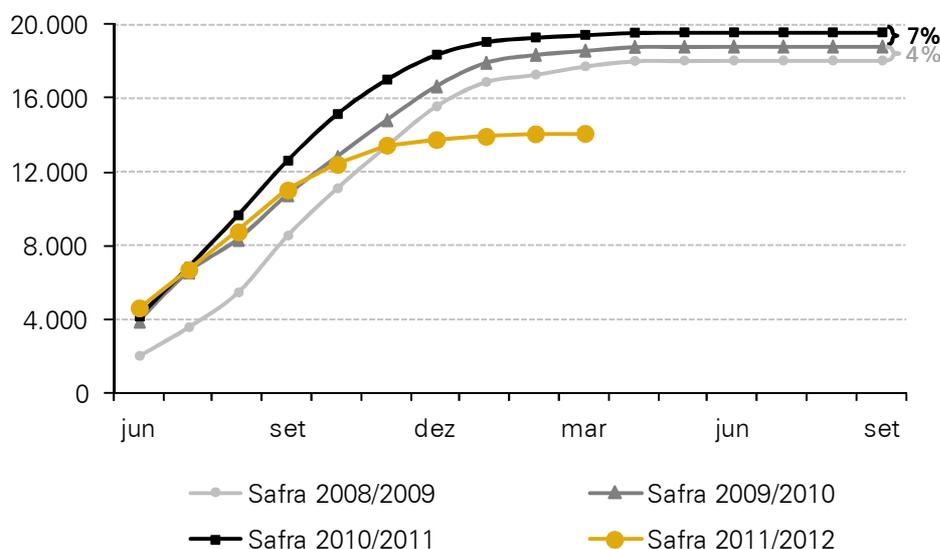
A produção de açúcar também apresentou queda. Até 1º de março de 2012, produziu-se 35.949 mil ton de açúcar, volume 5% inferior ao observado no mesmo período da safra 2010/2011.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2010/2011 (até 1º de março de 2011)	Safra 2011/2012 (até 1º de março de 2012)	Varição (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	7.927	8.621	9
Álcool Hidratado (mil m ³)	19.438	14.068	-28
Total Álcool (mil m³)	27.366	22.689	-17
Açúcar (mil ton)	37.682	35.949	-5

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

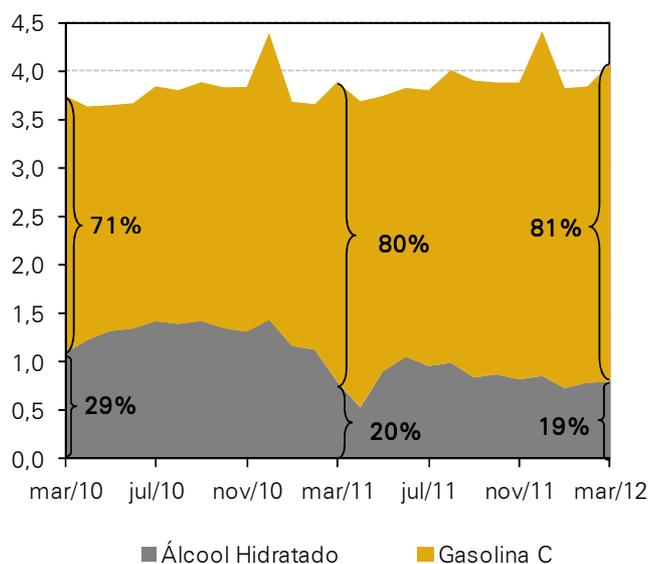
De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a estiagem ocorrida na Região Centro-Sul foi a principal responsável pela redução da oferta de cana-de-açúcar destinada à indústria sucroalcooleira na safra 2011/2012. A região concentra cerca de 80% da produção nacional.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 796 mil m³ em março de 2012. Esse número representa um aumento de 1% em relação a março de 2011. No acumulado do ano, as vendas foram 25% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

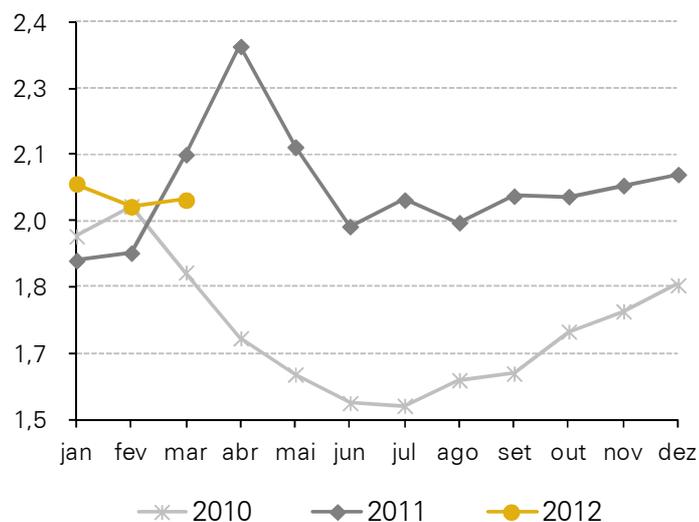
Em março de 2012, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,00/ℓ, valor 4,9% inferior ao registrado em março de 2011.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹
(milhão m³)



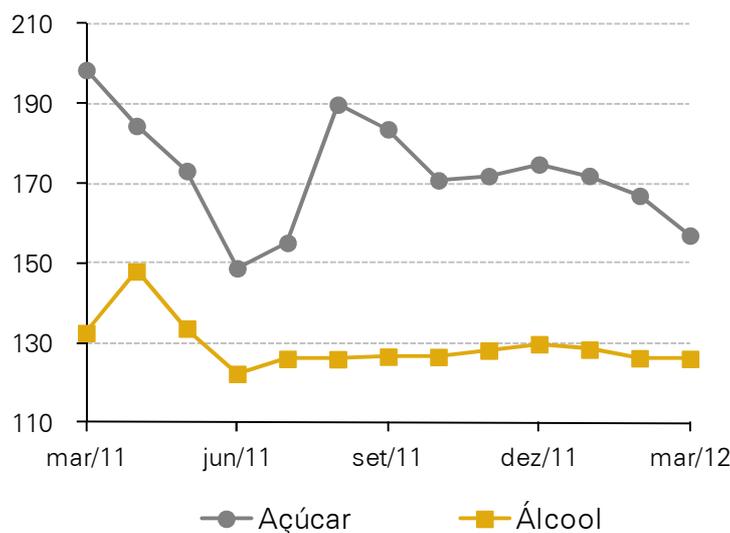
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado
(R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em março de 2012, foi de 66.189 mil m³, representando um aumento de 8% comparado à média verificada em março de 2011. No acumulado do ano, esse valor foi 7% superior ao apresentado no mesmo período de 2011.

A importação de gás natural realizada pelo País em março de 2012 foi de 32.793 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 74.433 mil m³/dia. Este montante é 9% superior ao observado em março de 2011. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 9% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 37% em fevereiro de 2012. Em fevereiro de 2011, essa proporção havia sido de 41%.

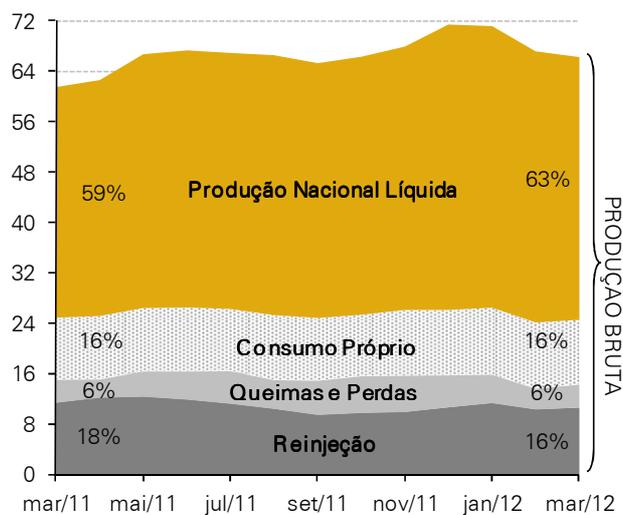
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em mar/2011	Média do período jan-mar/2011	Média em mar/2012	Média do período jan-mar/2012
Produção Nacional¹	61.436	63.503	66.189	68.129
- Reinjeção	11.316	11.856	10.530	10.680
- Queimas e Perdas	3.662	4.851	3.658	3.813
- Consumo Próprio	9.922	10.020	10.361	10.555
= Produção Nac. Líquida	36.536	36.776	41.640	43.081
+ Importação	30.341	28.477	32.793	28.089
= Oferta	66.876	65.254	74.433	71.170

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

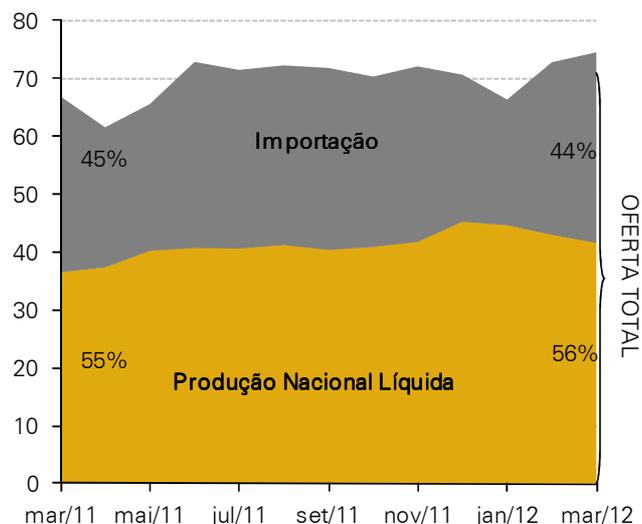
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em março de 2012 foi, em média, de 50 milhões de m³/dia. Essa média é 13% superior ao volume médio diário consumido em março de 2011. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 10% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	mar/12	jan-mar/2012	mar-2012/ mar-2011	Acumulado do ano
Industrial	28.318	28.424	-2	1
Automotivo	5.485	5.332	4	2
Residencial	749	760	9	5
Comercial	705	672	12	5
Geração Elétrica	11.705	9.132	111	75
Co-geração*	2.929	2.963	-8	-6
Outros	917	945	79	17
Total	50.809	48.230	13	10

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial, em março de 2012, consumiu 28 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa uma diminuição de 2% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A indústria foi responsável por 56% do volume total de gás consumido em março de 2012. O setor foi seguido pela geração elétrica responsável por 20% do consumo de gás natural em março de 2012. No acumulado do ano, o despacho térmico cresceu 75%.

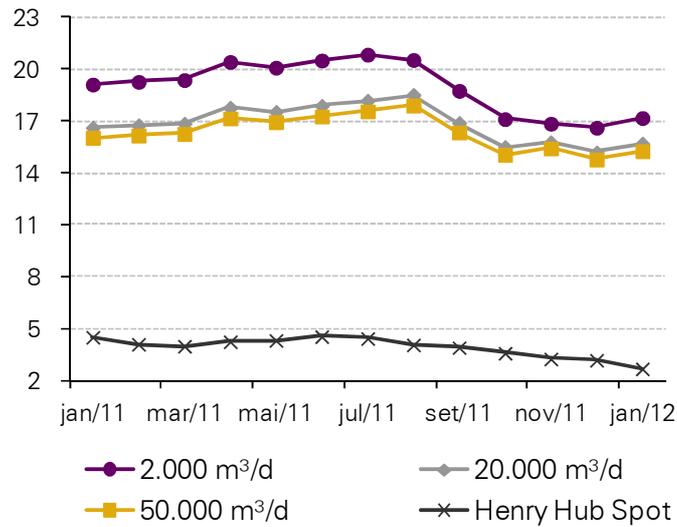
No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 1% superior em relação ao mesmo período de 2011.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em janeiro de 2012, foi de US\$ 16,06/MMBtu, valor 7% inferior ao apresentado em janeiro de 2011 (US\$ 17,27/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em janeiro de 2012, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,67/MMBtu, valor 41% inferior ao apresentado em janeiro de 2011 (US\$ 4,49/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

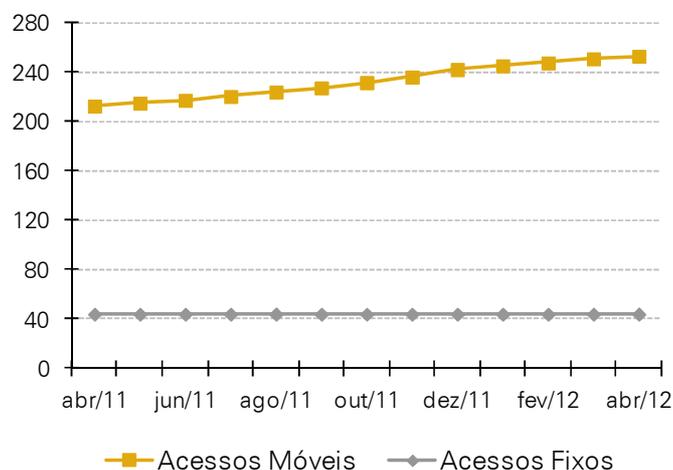
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em abril de 2012, o número de acessos móveis em operação foi de 253 milhões, montante 19% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,5% ao mês.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em abril de 2012, o número de acessos fixos foi de 44,2 milhões, mesmo valor averiguado em abril de 2011.

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em janeiro de 2012, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve diminuição de 20%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 6% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em janeiro de 2012, foi 12% inferior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Jan/2011	Jan/2012	Jan-2012 / Jan-2011
Granel Sólido (a)	38.429	30.851	-20%
<i>Portos Públicos</i>	12.830	6.161	-52%
<i>TUPs</i>	25.599	24.690	-4%
Granel Líquido (b)	18.196	19.292	6%
<i>Portos Públicos</i>	3.319	3.144	-5%
<i>TUPs</i>	14.877	16.148	9%
Carga Geral Solta (c)	3.834	3.353	-13%
<i>Portos Públicos</i>	1.265	896	-29%
<i>TUPs</i>	2.568	2.457	-4%
Total (a + b + c)	60.459	53.496	-12%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

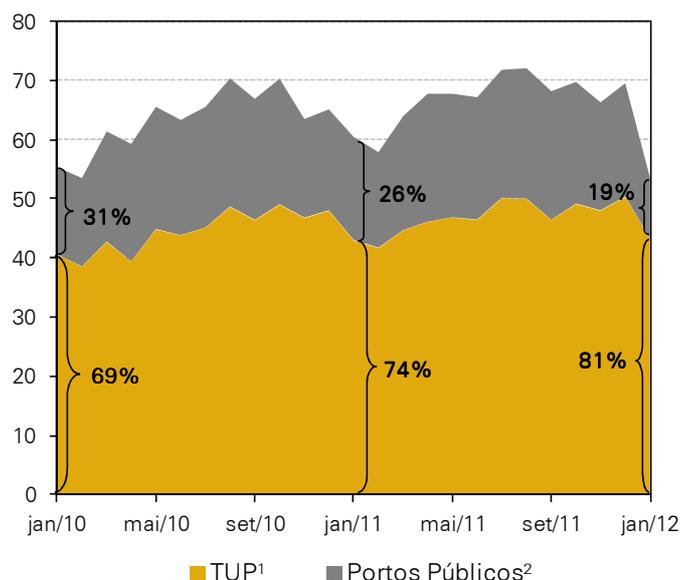
* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Em janeiro de 2012, os TUPs representaram 69% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 43.294 mil toneladas, volume 1% superior a janeiro de 2011. Os portos públicos movimentaram 10.201 mil toneladas em janeiro de 2012, volume 58% inferior ao mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em janeiro de 2012 foi de 586.273 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 3% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

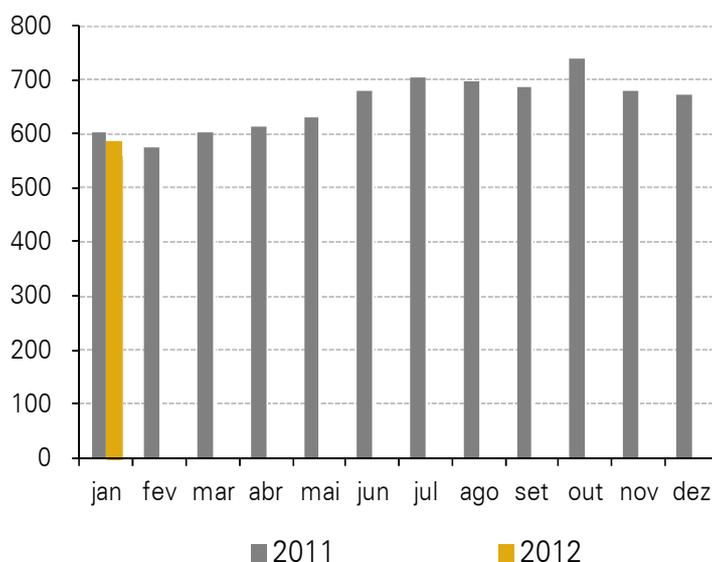


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (104 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

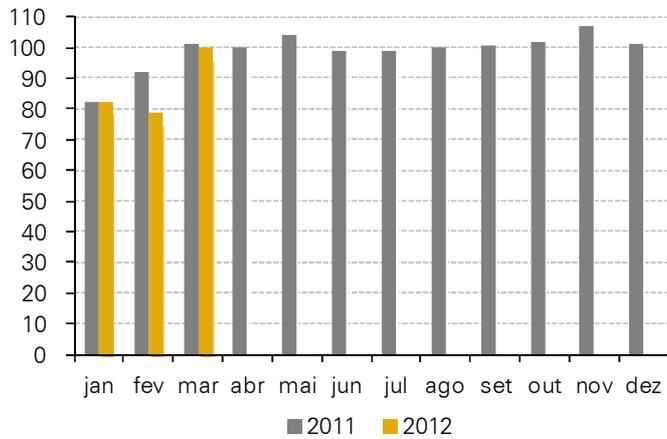
Portos públicos (33 instalações)

Segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), a movimentação total de carga em todos os portos públicos e TUPs atingiu, em 2011, 886 milhões de toneladas, valor 6,4% superior ao apresentado em 2010 (833 milhões de toneladas). No período de 2002 a 2011, o crescimento foi de 68%.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

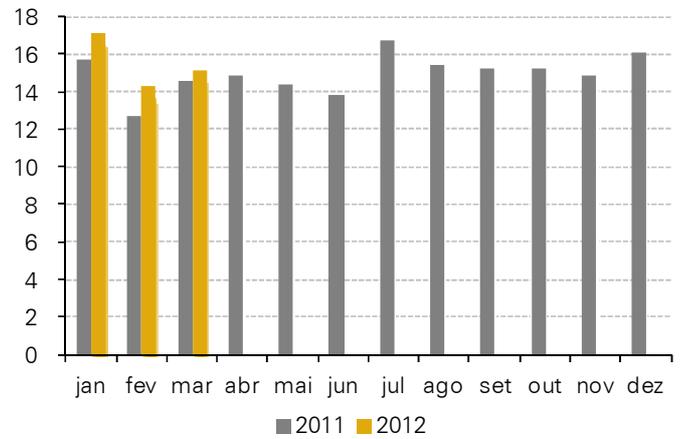
Em março de 2012, 15,2 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 4% superior à ocorrida no mesmo período de 2011. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

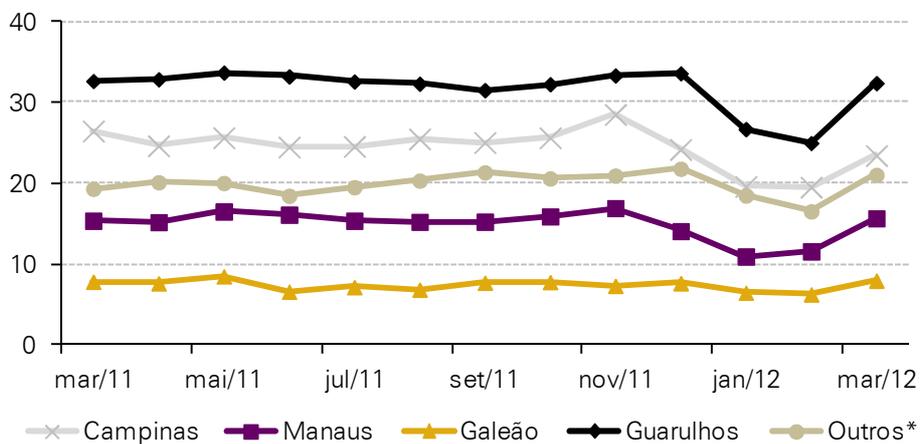
Movimentação mensal de Passageiros (mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Em março de 2012, a movimentação de carga aérea total no País foi de 100 mil toneladas, montante 1% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

¹ Dados referente a carga movimentada na Rede de Terminais de Logística de Carga (TECA).

*30 demais aeroportos da rede TECA não mencionados

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Mar (mil)	Variação (%)	Março (mil)	Variação (%)
2003	17.124	-	5.783	-
2004	19.043	11	6.421	11
2005	22.521	18	7.602	18
2006	25.336	13	8.444	11
2007	27.038	7	9.029	7
2008	28.285	5	9.505	5
2009	28.698	1	9.485	0
2010	36.936	29	12.006	27
2011	43.061	17	14.586	21
2012	46.660	8	15.207	4

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a março de 2012, foi de 134 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 33% superior ao mesmo período de 2011. Nesse período, a produção agrícola (exceto soja) e a carga geral não containerizada foram os setores que apresentaram maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias, 992% e 196% cada. O minério de ferro correspondeu a 71% do total movimentado (46.022 milhões de TUs) em março de 2012.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Mar

Ano	2011	2012	Variação (%)
	Jan-Mar (mil TU)	Jan-Mar (mil TU)	
Minério de Ferro	76.848	78.476	2
Produção Agrícola (exceto soja)	3.027	33.059	992
Soja e Farelo de Soja	4.653	6.391	37
Indústria Siderúrgica	4.022	3.925	-2
Carvão/Coque	3.048	2.730	-10
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	2.246	2.348	5
Grãos Minerais	2.208	2.079	-6
Azubos e Fertilizantes	1.098	1.286	17
Indústria Cimenteira e Construção Civil	1.271	1.122	-12
Extração Vegetal e Celulose	1.053	1.116	6
Cimento	746	703	-6
Container	589	549	-7
Carga Geral - Não Containerizada	28	84	196
Total	100.837	133.868	33

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em abril de 2012, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 54 milhões de toneladas, montante 3% inferior ao averiguado em abril do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%. No acumulado do ano, a movimentação total de exportação e importação foi 2% inferior a observada no mesmo período de 2011.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	abr/2012	jan-abr/2012	abr-2012 / abr-2011	Acumulado do ano
Marítimo	50.912	189.763	-3	-1
Fluvial	1.557	3.812	8	-28
Aéreo	127	454	-5	-3
Ferrovário	44	198	-22	-2
Rodoviário	877	3.524	6	7
Outros*	862	2.990	5	0
Total	54.378	200.741	-3	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em março de 2012, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 3,1 bilhões, valor 1% inferior ao valor aportado em março do ano anterior. Em 2012, até março, o desembolso do BNDES totalizou R\$ 9,4 bilhões, montante 6% inferior ao observado no mesmo período 2011.

Desembolso mensal BNDES

Setor	mar/2011 R\$ milhão	jan-mar/2011 R\$ milhão	mar/2012 R\$ milhão	Participação %	jan-mar/2012 R\$ milhão	acum-12/acum-11 %
Refino e Álcool	276	639	133	4	359	-44
Energia Elétrica e Gás Natural	465	2.189	982	32	2.711	24
Saneamento	88	264	69	2	482	82
Telecomunicações	70	123	455	15	597	384
Transporte	2.202	6.788	1.440	47	5.214	-23
<i>Aéreo</i>	53	161	7	-	14	-92
<i>Aquaviário</i>	194	357	99	-	327	-8
<i>Terrestre</i>	1.954	6.271	1.335	-	4.873	-22
Total Infraestrutura	3.100	10.004	3.078	100	9.363	-6

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2012 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 81,8 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total de 2012 ou 2% do PIB de 2011, que totalizou R\$ 4,143 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,7 bilhões, ou 22% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2012, foram empenhados, até o dia 30 de maio, R\$ 14,3 bilhões (18% do autorizado). O montante liquidado e pago foi de R\$ 2,5 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 14 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2012, R\$ 4 bilhões foram empenhados (23% do orçamento) até o dia 30 de maio. O montante liquidado foi de R\$ 227 milhões e o pago foi de R\$ 217 milhões. Os restos a pagar pagos somam R\$ 2,6 bilhões.

Cerca de 78% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 379 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2012, cerca de R\$ 176 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 5,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 51,4 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 25% foram pagos até 30 de maio (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 21% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2012, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 41,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 40% no Ministério das Cidades (R\$ 16,8 bilhões) e 37% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,5 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 29% do orçamento autorizado, até 30 de maio. A liquidação realizada foi de R\$ 886 milhões e o montante pago do orçamento totalizou R\$ 868 milhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 12 bilhões. Restam R\$ 27 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2012, as empresas estatais e agências de fomento apresentam dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 107 bilhões. Foram executados investimentos no valor de R\$ 26 bilhões, equivalentes a 25% da dotação autorizada para 2012. Esse valor foi 17% superior ao desembolsado no mesmo período em 2011.

Em relação às estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2012 foi de R\$ 97,1 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 25 bilhões, o que representa 26% do pelas estatais do Ministério.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentrou 81% da dotação autorizada para as estatais em 2012 e respondeu por 91% da despesa realizada, num total de R\$ 24 bilhões (execução de 28% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/05/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.013	79	8	2	0	2	0	266	269	543
MAPA	1.829	2	0	0	0	0	0	284	284	660
MCT	1.729	225	13	67	4	61	4	299	360	739
MDIC	0	0	-	7	-	7	-	35	41	46
MME	124	14	11	7	5	6	5	19	25	21
M. Transportes	17.682	4.055	23	227	1	217	1	2.563	2.780	7.795
M. Comunicações	103	5	5	0	0	0	0	18	18	45
MMA	218	11	5	1	0	1	0	27	28	20
MDA	1.101	50	5	3	0	2	0	211	213	686
M. Defesa	9.385	3.216	34	1.001	11	991	11	1.148	2.139	2.549
M. Int. Nacional	6.726	1.457	22	169	3	167	2	862	1.029	4.665
M. das Cidades	8.923	1.159	13	113	1	112	1	918	1.031	9.839
Outros**	32.960	4.046	12	937	3	922	3	4.895	5.817	16.920
Total	81.794	14.320	18	2.534	3	2.488	3	11.545	14.033	44.527

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

*Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2012 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 30/05/2012*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.715	612	23	16	1	16	1	224	240	1.413
Hidroviário	379	49	13	4	1	4	1	11	15	224
Portuário	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodoviário	13.714	3.313	24	203	1	193	1	2.273	2.466	5.844
Outros	798	80	10	4	1	4	1	55	60	314
Total	17.682	4.055	23	227	1	217	1	2.563	2.780	7.795

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

*Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2012

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 30/05/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	176	(4)	75	97
União	5.869	(319)	972	4.578

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 30/05/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.422	(235)	2.489	7.698
União	51.492	(970)	10.573	39.949

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/05/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f = d + e)	RP a pagar
Presidência da República	995	42	4	0	0	0	0	138	138	392
M. Planejamento	2	0	0	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MCT	0	0	-	0	-	0	-	12	12	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	550	550	80
MEC	2.848	986	35	133	5	129	5	295	424	724
MME	179	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	424	30	7	12	3	10	2	42	52	151
M. Saúde	1.669	437	26	259	15	259	15	428	687	2.930
M. Transportes	15.515	4.088	26	222	1	212	1	2.554	2.765	7.551
M. Cultura	301	297	99	7	2	7	2	5	12	24
MDA	200	0	0	0	0	0	0	55	55	140
M. Defesa	0	43	-	6	-	5	-	103	108	179
M. Integr. Nacional	2.811	494	18	133	5	133	5	610	742	2.315
M. Turismo	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
M. Cidades	16.822	5.725	34	115	1	113	1	7.237	7.350	12.283
Total	41.845	12.142	29	886	2	868	2	12.028	12.896	26.768

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2012 Estatais e Agências de Fomento

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 2º bím.
Minas e Energia	97.102	25.350
Comunicações	1.247	115
Transportes ¹	0	0
Defesa	7	0
Outros	8.653	984
Total	107.010	26.450

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 2º bím.
Produção Industrial	2.131	803
Energia Elétrica	10.534	1.448
Combustíveis Minerais	75.077	21.143
Transporte Aéreo	1.947	211
Transporte Hidroviário	2.418	147
Transportes Especiais	5.420	1.212

R\$ milhão

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 2º bím.
Indústria	1.368	750
Comunicações	1.245	115
Energia	96.004	24.620
Transporte	3.217	260

Fonte: Portaria n.º 20/2011 do MPOG.

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 2º bím.
Grupo Eletrobrás	10.568	1.342
Grupo Petrobras	86.534	24.008
Cias DOCAS ²	1.112	37
Infraero ²	2.012	212

²Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 04 de junho de 2012.